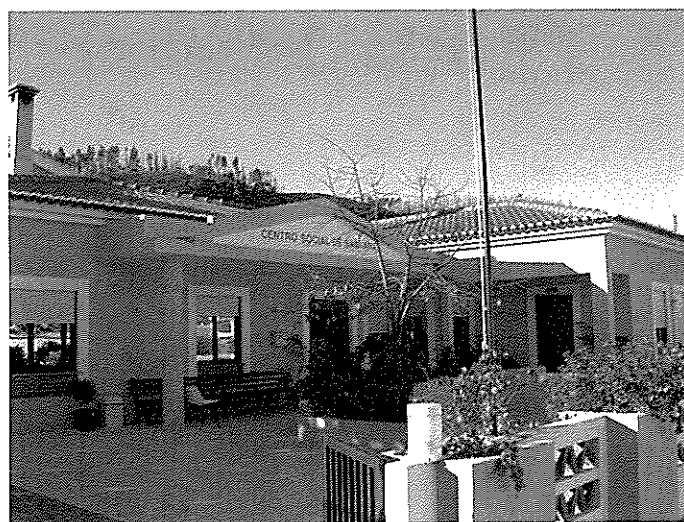


Centro Social de Santana



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

Índice

1. Demonstração de Resultados	3
Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Anexo	5
2. Identificação da Entidade	6
3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
4. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
Bases de Apresentação	7
Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6. Inventários.....	13
7. Estado e Outros entes Públicos	13
8. Caixa e Depósitos bancários	13
9. Fundo de Capital	13
11. Vendas e Serviços prestados.....	14
12. Subsídios, doações e legados à exploração	14
13. Custo das mercadorias vendidas.....	15
14. Fornecimentos e Serviços externos.....	15
15. Gastos com o pessoal	16
16. Outros Rendimentos e Ganhos	16
17. Outros Gastos e perdas	16
18. Gastos/ reversões de depreciações.....	16
19. Resultados financeiros.....	17
20. Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1. Demonstração de Resultados

Balanço

Centro Social de Santana

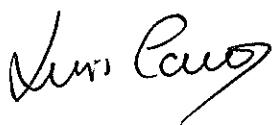
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

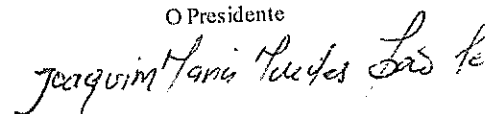
	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
Activo			
Activos fixos tangíveis		378 880,72 €	391 225,69 €
Bens do Património histórico e cultural		4 230,00 €	4 230,08 €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		2 885,87 €	1 766,55 €
Total dos Activos Não Correntes	5	385 996,59 €	397 222,32 €
Inventários	6	485,22 €	264,24 €
Estado e outros entes públicos	7	2 215,67 €	2 712,31 €
Outras contas a receber		2 000,00 €	- €
Caixa e depósitos bancários	8	399 113,01 €	375 272,03 €
Total dos Activos Correntes		403 813,90 €	378 248,58 €
Total do Ativo		789 810,49 €	775 470,90 €
Fundos Patrimoniais e passivo			
Fundos		190 653,93 €	190 653,93 €
Reservas		- €	- €
Resultados transitados		523 611,87 €	520 744,85 €
Resultado líquido do exercício		9 662,64 €	2 867,02 €
Total do Fundo de capital	9	723 928,44 €	714 265,80 €
Passivo			
Outras contas a pagar		- €	- €
Total dos Passivos Não Correntes		- €	- €
Estado e outros entes públicos	7	6 804,83 €	7 953,01 €
Outros passivos correntes	10	59 077,30 €	53 252,09 €
Total dos Passivos Correntes		65 882,13 €	61 205,10 €
Total do Passivo		65 882,13 €	61 205,10 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		789 810,57 €	775 470,90 €

Santana, 30 de junho de 2020

O Contabilista Certificado



O Presidente



Demonstração dos Resultados por Naturezas

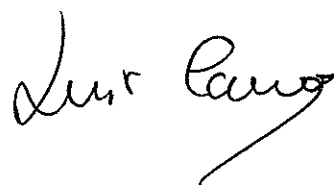
Centro Social de Santana

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

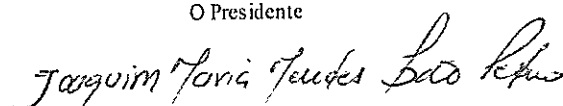
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
Vendas e Serviços prestados	11	304 791,22 €	296 175,59 €
Subsídios, doações e legados à exploração	12	221 622,52 €	191 939,12 €
Subsídios de entidades publicas		221 622,52 €	191 939,12 €
ISS, IP - Centros distritais		218 430,53 €	190 093,06 €
Outras entidades publicas		3 191,99 €	1 846,06 €
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	- 71 787,33 €	- 74 007,89 €
Fornecimentos e serviços externos	14	- 133 634,62 €	- 137 125,73 €
Gastos com o pessoal	15	- 347 851,81 €	- 309 114,05 €
Outros rendimentos	16	51 903,03 €	50 729,02 €
Outros gastos	17	- 443,25 €	- 522,25 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24 599,76 €	18 073,81 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	- 15 315,17 €	- 15 723,12 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 284,59 €	2 350,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos	19	378,05 €	533,73 €
Juros e gastos similares suportados		- €	- 17,40 €
Resultado antes de impostos		9 662,64 €	2 867,02 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		9 662,64 €	2 867,02 €
Santana, 30 de junho de 2020			

O Contabilista Certificado



O Presidente



Anexo

2. Identificação da Entidade

O centro social de Santana, foi fundado em 17 de Novembro de 1520.

As instalações do Centro Social de Santana, localizam-se na Travessa de Santana em Monte do Arneiro e são constituídas por um edifício de rés-do-chão e 1º andar. O rés do chão é constituído pelas áreas de serviço (posto médico, cozinha, lavandaria, barbearia, salas de estar e jantar, etc) onde funciona o Centro de Dia.

Estes serviços permitem-nos desenvolver também a valência de Apoio Domiciliário.

O 1º andar é constituído por quartos (com capacidade para 17 camas) onde funciona a valência de Lar, que consideramos insuficiente em face dos reais necessidades da freguesia. Iniciando-se, de imediato, o estudo de uma futura ampliação.

Da ampliação - 2ª Fase da valência Lar do Centro Social resultou mais um edifício de rés-do-chão e 1º andar que, no entanto, foi ligado ao já existente, tornando-os num só. Esta ampliação teve como principal objetivo o de reforçar a capacidade de resposta, face ao grande número de idosos que recorrem aos nossos serviços.

O rés-do-chão é constituído por uma sala de convívio e outra sala que poderá ser utilizada como sala de recolhimento, capela ou casa mortuária.

O 1º andar é constituído por 8 quartos com capacidade para 17 camas, sala de estar, despensa e copa. Devido às características do terreno o acesso a esta zona, para ambulância ou viaturas idênticas, foi substancialmente melhorado uma vez que permite o acesso direto pelo exterior. Os utentes deste tipo de serviço, são essencialmente idosos, com reformas mínimas e de fracos recursos económicos. Para minimizar estas carências temos vindo a celebrar protocolos com o Centro Regional de Segurança Social de Portalegre mas que, neste momento, estão muito aquém da nossa realidade. O pagamento, pelos idosos nas diversas valências é efetuado em função da tabela existente neste Centro Social. O Centro Social de Santana possui pessoal, quase na sua totalidade, com especialização nesta área de prestação de serviços.

Terceira Idade:

- Lar de Idosos;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;

3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2018 de 9 de Março.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas Demonstrações Financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 7
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 - 6
Outros activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou ao valor inicial da matriz da caderneta predial.

O justo valor ou o valor inicial da matriz da caderneta predial é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Outras variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários, de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

O valor apresentado nesta rubrica transita de períodos anteriores e corresponde a bens móveis no montante de 4.230,08 €.

Outros ativos fixos tangíveis

No que concerne à rubrica de “outros ativos financeiros” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	766 927,06 €	- €	- €	- €	- €	766 927,06 €
Equipamento básico	161 193,38 €	- €	- €	- €	- €	161 193,38 €
Equipamento de transporte	56 954,74 €	- €	- €	- €	- €	56 954,74 €
Equipamento biológico	4 631,76 €	- €	- €	- €	- €	4 631,76 €
Equipamento administrativo	2 466,17 €	2 970,20 €	- €	- €	- €	5 436,37 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<u>992 173,11 €</u>	<u>2 970,20 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>995 143,31 €</u>
	Saldo em 01-Jan-19	Depreciações período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	386 477,12 €	12 874,36 €	- €	- €	- €	399 351,48 €
Equipamento básico	147 037,39 €	2 440,81 €	- €	- €	- €	149 478,20 €
Equipamento de transporte	56 954,74 €	- €	- €	- €	- €	56 954,74 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	4 170,85 €	- €	- €	- €	- €	4 170,85 €
Outros activos fixos tangíveis	6 307,32 €	- €	- €	- €	- €	6 307,32 €
	<u>600 947,42 €</u>	<u>15 315,17 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>616 262,59 €</u>
31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	766 927,06 €	- €	- €	- €	- €	766 927,06 €
Equipamento básico	161 193,38 €	- €	- €	- €	- €	161 193,38 €
Equipamento de transporte	56 954,74 €	- €	- €	- €	- €	56 954,74 €
Equipamento biológico	4 631,76 €	- €	- €	- €	- €	4 631,76 €
Equipamento administrativo	2 466,17 €	- €	- €	- €	- €	2 466,17 €
Outros activos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Investimentos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<u>992 173,11 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>992 173,11 €</u>
	Saldo em 01-Jan-18	Depreciações período	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	373 602,76 €	12 874,36 €	- €	- €	- €	386 477,12 €
Equipamento básico	144 188,63 €	2 848,76 €	- €	- €	- €	147 037,39 €
Equipamento de transporte	56 954,74 €	- €	- €	- €	- €	56 954,74 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	4 170,85 €	- €	- €	- €	- €	4 170,85 €
Outros activos fixos tangíveis	6 307,32 €	- €	- €	- €	- €	6 307,32 €
	<u>585 224,30 €</u>	<u>15 723,12 €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>- €</u>	<u>600 947,42 €</u>

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Mercadorias	-	-
Matérias-Primas	485,22 €	264,24 €
Perdas por imp.de inventários	- €	- €
	<u>485,22 €</u>	<u>264,24 €</u>

7. Estado e Outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Activo		
Imposto sobre o rendimento	- €	- €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 215,67 €	2 712,31 €
Outros impostos e taxas	- €	- €
	<u>2 215,67 €</u>	<u>2 712,31 €</u>
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	69,60 €	1 597,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	- €	- €
Segurança Social	6 631,44 €	6 295,65 €
Outros impostos e taxas	103,79 €	60,36 €
	<u>6 804,83 €</u>	<u>7 953,01 €</u>

8. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Caixa	20 648,87 €	12 465,79 €
Depósitos à ordem	48 464,14 €	92 806,24 €
Depósitos à prazo	330 000,00 €	270 000,00 €
	<u>399 113,01 €</u>	<u>375 272,03 €</u>

9. Fundo de Capital

Durante o exercício de 2019, nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	190 653,93 €	- €	- €	190 653,93 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	520 744,85 €	- €	2 867,02 €	517 877,83 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações Fundos Patrimoniais	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido período	2 867,02 €	9 662,64 €	- 2 867,02 €	15 396,68 €
Total	714 265,80 €	9 662,64 €	- €	723 928,44 €

Os movimentos registados em resultados transitados no exercício de 2019 correspondem a transferência do resultado líquido do exercício apurado em 2018, para resultados transitados.

10. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	- €	1 997,77 €	- €	47 082,09 €
Outros	- €	57 079,53 €	- €	6 170,00 €
	- €	59 077,30 €	- €	53 252,09 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
	- €	59 077,30 €	- €	53 252,09 €

11. Vendas e Serviços prestados

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Vendas" e "Serviços prestados"

	31-Dez-19	31-Dez-18
Serviços Prestados		
Lar	196 097,19 €	186 534,60 €
Centro de dia	54 325,55 €	54 542,71 €
Apoio Domiciliário	47 197,48 €	48 471,28 €
Quotizações	7 171,00 €	6 627,00 €
Subtotal	304 791,22 €	296 175,59 €
Total prestação de serviços	304 791,22 €	296 175,59 €

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Subsídios do Estado e outros entes públicos	221 622,52 €	159 971,64 €
Subsídios de outras entidades	- €	- €
Legados	- €	- €
Total Subsídios	<u>221 622,52 €</u>	<u>159 971,64 €</u>

Os subsídios reportam-se da seguinte forma:

- Acordos de cooperação com segurança social:

- Lares - 155.865,41 €
- Centro de Dia – 28.106,40€
- Apoio Domiciliário – 34.458,72 €

13.Custo das mercadorias vendidas

A 31 de Dezembro de 2019, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>			<u>31-Dez-18</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	264,24 €	- €	264,24 €	308,76 €	- €	308,76 €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Compras	72 008,31 €	- €	72 008,31 €	73 963,37 €	- €	73 963,37 €
Saldo final em 31 de Dezembro	485,22 €	- €	485,22 €	264,24 €	- €	264,24 €
Custo de vendas	<u>71 787,33 €</u>	- €	<u>71 787,33 €</u>	<u>74 007,89 €</u>	- €	<u>74 007,89 €</u>

14.Fornecimentos e Serviços externos

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Subcontratos		
Trabalhos especializados	2 953,20 €	3 632,22 €
Publicidade e propaganda		- €
Vigilância e segurança	282,90 €	400,26 €
Honorários	9 110,16 €	17 196,65 €
Conservação e reparação	12 251,42 €	18 105,39 €
Serviços bancários	165,07 €	59,60 €
Outros	29 164,24 €	21 321,84 €
Materiais	10 447,75 €	6 001,60 €
Energia e fluídos	42 462,74 €	42 068,27 €
Deslocações, estadas e transportes	65,13 €	34,40 €
Serviços diversos	26 732,01 €	28 305,50 €
Total FSE	<u>133 634,62 €</u>	<u>137 125,73 €</u>

15. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Remunerações do pessoal	275 859,60 €	245 784,19 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre remunerações	61 006,42 €	54 427,49 €
Seguros de doença e acidentes trabalho	7 272,06 €	5 837,31 €
Gastos de acção social	- €	- €
Outros gastos com pessoal	3 713,73 €	3 065,06 €
Total de gastos com pessoal	<u>347 851,81 €</u>	<u>309 114,05 €</u>

16. Outros rendimentos

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Rendimentos suplementares	46 284,74 €	39 454,03 €
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	2 387,50 €	2 075,00 €
Outros rendimentos e ganhos	3 230,79 €	9 199,99 €
	<u>51 903,03 €</u>	<u>50 729,02 €</u>

O valor apresentado em rendimentos suplementares corresponde basicamente a: transporte de utentes (6.971,40 €), reembolso medicamentos (15.271,53 €), reembolso de fraldas (16.720,28 €) entre outros.

17. Outros gastos

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Impostos	313,25 €	63,25 €
Outros gastos e perdas	130,00 €	459,00 €
Total outros gastos	<u>443,25 €</u>	<u>522,25 €</u>

18. Gastos/ reversões de depreciações

A 31 de Dezembro de 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>			<u>31-Dez-18</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Activos fixos tangíveis	15 315,17 €	-	15 315,17 €	15 723,12 €	-	15 723,12 €
	<u>15 315,17 €</u>	<u>- €</u>	<u>15 315,17 €</u>	<u>15 723,12 €</u>	<u>- €</u>	<u>15 723,12 €</u>

19. Resultados financeiros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	378,05 €	533,73 €
	<u>378,05 €</u>	<u>533,73 €</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	17,40 €
	<u>- €</u>	<u>17,40 €</u>
Resultados financeiros	<u><u>378,05 €</u></u>	<u><u>516,33 €</u></u>

Os juros obtidos correspondem a juros recebidos de depósitos efetuados em 2019 na CGD.

20. Acontecimentos após data de Balanço

A economia e as instituições a nível mundial enfrentam desafios inesperados em resultado da rápida disseminação do Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19).

Esta pandemia terá necessariamente um impacto na economia global, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios.

Até ao momento, a actividade do centro têm decorrido com a normalidade possível para o momento que a economia global atravessa. Ainda não nos é possível estimar com razoável grau de confiança, eventuais impactos na atividade do centro face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução.

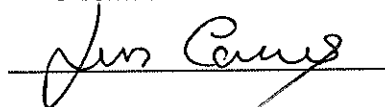
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 vão ser submetidas em Assembleia geral.

Santana, 27 junho de 2020

O Contabilista Certificado



O presidente

